

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Departamento de Gestão e Negócios

Carol Vieira Peloggia

**ESTUDO DA CORRELAÇÃO EDUCAÇÃO, DESEMPREGO E
POBREZA COM A CRIMINALIDADE**

Taubaté - SP

2023

Carol Vieira Peloggia

**ESTUDO DA CORRELAÇÃO EDUCAÇÃO, DESEMPREGO E
POBREZA COM A CRIMINALIDADE**

Monografia apresentada como parte dos requisitos para aprovação no curso de Bacharel em Ciências Econômicas, do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté.

Orientador: Prof. Me. Paulo Henrique Costa
Sodré

Taubaté - SP

2023

**Sistema Integrado de Bibliotecas -SIBi
Universidade de Taubaté - UNITAU**

P392e Peloggia, Carol Vieira
Estudo da correlação educação, desemprego e pobreza com a
criminalidade / Carol Vieira Peloggia -- Taubaté : 2023.
37 f. : il.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté, Departamento de
Gestão e Negócios, 2023.

Orientação: Prof. Me. Paulo Henrique Costa Sodré - Departamento
de Gestão e Negócios.

1. Economia. 2. Criminalidade. 3. Desemprego. 4. Pobreza. I. Título.

CDD – 338.91

CAROL VIEIRA PELOGGIA

**ESTUDO DA CORRELAÇÃO EDUCAÇÃO, DESEMPREGO E POBREZA COM A
CRIMINALIDADE**

Monografia apresentada como parte dos requisitos para aprovação no curso de Bacharel em Ciências Econômicas, do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté.

Data: _____

Resultado: _____

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Me. Paulo Henrique Costa Sodré

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. _____

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. _____

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Dedicatória

Primeiramente a Deus, por me permitir chegar até o fim desta graduação e desta pesquisa, sempre me dando força e sabedoria.

Aos meus pais, Isabel Valéria e Anderson, que sempre foram e sempre serão meus maiores orgulhos e minhas maiores inspirações, por todos os anos de dedicação e por todo o esforço que sempre fizeram para que eu pudesse me dedicar aos estudos, por nunca terem desistido de me incentivar, por sempre estarem presentes em todos os momentos, desde as pequenas apresentações até este momento grandioso e muito esperado por todos nós, a entrega da minha Monografia.

E também à minha irmã Beatriz (in memoriam), ao meu anjo, que sei que sempre olha por mim lá do céu.

Aos meus avós, Marta e José Luiz, Wanoil (in memoriam), Accácia (in memoriam) e Romeu (in memoriam), por serem grandes incentivadores para mim, seja em vida ou no céu, de onde sei que continuam olhando por mim, estarão eternamente em meu coração.

A todos os meus tios e tias, que sempre lembram de mim e acompanham o meu crescimento com zelo.

Aos meus primos e primas, que são como irmãos para mim, por entenderem minha ausência e cansaço por diversas vezes, mesmo tentando não transparecer.

Aos meus afilhados e afilhadas, os meus amores, os grandes presentes que meus primos me deram, por serem alegria e calma em diversos momentos.

Aos meus amigos, por estarem ao meu lado e me apoiarem sempre que necessário.

Dedico a todos que de alguma forma, seja auxiliando nas pesquisas, seja incentivando por ligações e mensagens, seja por orações, estiveram junto a mim durante todo o curso até a conclusão desta pesquisa. Saibam que sempre estarão em meus pensamentos e sempre serei grata por todo o apoio que recebi.

Agradecimentos

A todos aqueles que me apoiaram durante todo esse estudo e também durante todo o decorrer da minha formação.

Ao meu orientador, Prof. Me. Paulo Henrique Costa Sodré, por toda ajuda, apoio e disponibilidade em dar suporte.

À Profa. Me. Vilma da Silva Santos por todo auxílio, orientação da pesquisa e pelo incentivo.

Aos meus colegas de turma, pelos anos de convívio juntos, por todo aprendizado e troca de ideias.

À Universidade de Taubaté, o Departamento de Gestão e Negócios e todos os seus colaboradores.

“Educai as crianças e não será preciso castigar os homens.”

Pitágoras

RESUMO

A criminalidade é uma questão que assola não somente o Brasil, mas o mundo e é descrita como problema extremamente preocupante para a sociedade em geral. No Brasil, o Atlas da Violência, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, registrou em 2017, a maior taxa de homicídios, isto é, 31,6 homicídios por 100 mil habitantes, correspondendo a 65.602 homicídios. Já em 2021, com os dados coletados, 2019 apresentou 21,7 mortes por 100 mil habitantes, uma queda de 22,1% em relação ao ano de 2018. Entretanto, as mortes violentas por causa indeterminada cresceram 35,2%, registrando um total de 16.648 óbitos. O crescente número de criminalidade nesse período está relacionado principalmente aos problemas econômicos os quais o Brasil enfrentou posteriormente à crise econômica mundial iniciada em 2008. O trabalho objetivou analisar a criminalidade e sua relação com os seguintes aspectos: educação, desemprego e pobreza, tendo em vista que são fatores condicionantes que afetam as escolhas do indivíduo. Para elaboração deste trabalho realizou-se pesquisa bibliográfica exploratória sobre a relação entre a criminalidade e a economia do país, uma tese que a grande mídia junto aos sociólogos, intelectuais e especialistas adotam fortemente para justificar o ato criminoso. Dentre os fatores levados em consideração para o crescimento da criminalidade no Brasil, estão as condições econômicas e sociais do país, uma vez que, afetam diretamente a vida da população brasileira, que no geral, podem ser consideradas ainda precárias, o que valida a hipótese sobre a desigualdade social como um dos fatores que agravam quadros de criminalidade. Ao avaliar o processo de desaceleração econômica no Brasil no período recente e seus efeitos sobre a desigualdade social e identificar sua relação com o aumento da criminalidade, verificou-se que a educação apresenta relação negativa com a criminalidade, pelo fato de desempenhar um importante papel, juntamente com a família e o Estado, que é o de minimizar o ingresso dos jovens ao mundo do crime. Além disso, a educação permite a formação de cidadãos mais desenvolvidos, com noções de moral, civilidade e respeito às Leis, aumentando a aversão ao risco do crime. A relação da criminalidade com o desemprego é justificada porque, quanto maior a taxa de desemprego, maior a taxa de criminalidade, independentemente de qual grupo da população, jovens ou adultos, com ensino fundamental ou médio incompleto, é afetado pela piora do mercado de trabalho. Consequentemente, quanto menor a probabilidade de o indivíduo conseguir um emprego no mercado de trabalho

formal, maiores são os incentivos à entrada e permanência no crime. E por fim, o fator pobreza possui uma relação próxima com a criminalidade, pois considera-se que as privações econômicas criam tensões e também uma desorganização social, induzindo às práticas criminosas, ou seja, tem-se a seguinte afirmativa: falta de recursos econômicos eleva a ocorrência crimes. Portanto, concluiu-se que a análise dos fatores: educação, desemprego e pobreza refletem numa privação para atender as necessidades básicas da população, que com a ausência de oportunidades e sem recursos essenciais para a sobrevivência se apresenta como efeito positivo para a criminalidade.

Palavras-chaves: Economia. Criminalidade. Desemprego. Pobreza.

ABSTRACT

Criminality is an issue that affect not only Brazil, but also the world, and is described as an extremely worrying problem for society in general. In Brazil, the Atlas of Violence, by the Institute for Applied Economic Research, recorded the highest homicide rate in 2017, 31,6 homicides per 100.000 inhabitants, corresponding to 65.602 homicides, In 2021, with the data collected, 2019 showed 21.7 deaths per 100.000 inhabitants, a drop of 22,1% compared to 2008. However, violent deaths from 0undetermined causes increased by 35,2% with a total of 16.648 deaths. The growing number of crimes in this period is mainly related to the economic crisis that began in 2008. The aim of this study was to analyze crime and its relationship with the following aspects: education, unemployment and poverty, given that these are conditioning factors that affect individual choices. In order to prepare this work, exploratory bibliographical research was carried out on the relationship between crime and the country's economy, along with sociologists, intellectuals and specialists, strongly adopt to justify criminal acts. Among the factors taken into consideration for the growth of crime in Brazil are the country's economic and social conditions, since they directly affect the lives of the Brazilian population, which in general can still be considered precarious, which validates the hypothesis that social inequality is one of the factors that aggravate crime. When evaluating the process of economic deceleration in Brazil in the recent period and its effects on social inequality and identifying its relationship with the increase in crime, it was found that educations has a negative relationship with crime, due to the fact that it plays an important role, together with the family and the State, which is to minimize the entry of young people into the world of crime. In addition, education enables the formation of more developed citizens, with notions of morality, civility and respect for the Law, increasing the aversion to the risk of crime. The relationship between crime and unemployment is justified because the higher the unemployment rate, the higher the crime rate, regardless of which group of population, young people or adults, with incomplete primary or secondary education, is affected by the worsening labor market. Consequently, the lower the probability of an individual getting a job in the formal labor market, the greater the incentives to enter and remain in crime. And finally, the poverty factor has a close relationship with crime, as it is considered that economic deprivation creates tensions and also social disorganizations, inducing criminal practices, in other words, there is the following statement: lack of economic

resources increases the occurrence of crimes. Therefore, it was concluded that the analysis of the factors: education, unemployment and poverty reflect a deprivation to meet the basic needs of the population, which with the absence of opportunities and without essential resources for survival presents itself as a positive effect for crime.

Keywords: Economy. Crime. Unemployment. Poverty.

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Objetivo do trabalho	12
1.2 Delimitação do trabalho	12
1.3 Justificativa do trabalho.....	13
1.4 Metodologia do trabalho	13
1.5 Estrutura do trabalho.....	13
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	14
2.1 Definição de crise econômica	14
2.1.1 A crise econômica brasileira de 2014/2017	14
2.1.2 Efeitos da crise sobre a economia brasileira	17
2.1.2.1 O mercado de trabalho.....	19
2.2 Definição de criminalidade	20
2.2.1 Os problemas sociais	21
3 A correlação dos aspectos socioeconômicos com a criminalidade.....	22
3.1 A Educação.....	22
3.2 O Emprego.....	26
3.3 A Pobreza	30
4 Resultados.....	32
5 Considerações Finais	34
Referências.....	36

1 INTRODUÇÃO

A criminalidade é uma questão que assola não somente o Brasil, mas o mundo, e tem grande relação com questões socioeconômicas. Segundo Alvarenga (2010) existe uma distinção entre crime e criminalidade, em que:

Sob a visão macro científica, pode-se dizer, na esteira de von Liszt, que crime é um fenômeno individual ou multividual que contraria as condições de sobrevivência da sociedade. Criminalidade, por sua vez, não é simplesmente a soma dos crimes praticados em determinado tempo e lugar. É mais do que isso: é um fenômeno social que resulta da constante de fatos que contrariam gravemente as condições existenciais da vida social, em determinado tempo e em certo lugar. Mas o crime, como é evidente, não decorre de todo indivíduo, ao contrário do que se dá com a criminalidade, que habita em toda e qualquer sociedade (ALVARENGA, 2010, n.p.)

Em pesquisas realizadas em meados dos anos noventa nos Estados Unidos, na Europa e na América Latina, a maioria dos entrevistados aponta o crime e a violência como os problemas mais sérios do seu tempo. (FAJNZYLBBER, 2000).

De acordo com o Atlas da Violência de 2019, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, 2017 registrou a maior taxa de homicídios por 100 mil habitantes, 31,59. Já em 2021, o Atlas mostra que o ano 2019 apresentou 21,7 mortes por 100 mil habitantes, menor número registrado desde 1995.

A teoria econômica sugere que as crises econômicas que afetam os países são condicionantes para o aumento das desigualdades entre as pessoas contribui para o aumento da criminalidade. Esse resultado é observado em estudos nacionais e internacionais (RESENDE; ANDRADE, 2011).

A relação entre educação, desemprego e pobreza com a criminalidade, já foi objeto de análise de diversos estudos econômicos, sendo que os trabalhos mais recentes buscam retomar a discussão sobre os determinantes da criminalidade em um contexto de violência crescente (RESENDE; ANDRADE, 2011).

Freeman (1994), por exemplo, apresentou uma discussão sobre para o fato de que as taxas recordes de aprisionamento nos Estados Unidos durante os anos oitenta não eram acompanhadas de reduções significativas no nível de criminalidade.

Paralelamente, indicadores socioeconômicos naquele país, principalmente distribuição de renda e desemprego entre os menos escolarizados, deterioravam-se, dando a entender que a criminalidade poderia ser o resultado de piores condições econômicas do país (FREEMAN, 1994 *apud* RESENDE; ANDRADE, 2011).

Já no Brasil, o trabalho estuda essa correlação com a crise econômica 2014/2017 que foi fruto de uma combinação de choques de oferta e demanda resultado de erros de política econômica adotados. Esses choques produziram uma redução da capacidade de crescimento da economia brasileira e risco de insolvência das finanças públicas (BARBOSA FILHO, 2017).

O produto *per capita* brasileiro caiu cerca de 9% entre 2014 e 2016, que reduziu a produtividade da economia brasileira e, com isso, o produto potencial. Mas, esse choque de oferta teve efeitos duradouros devido à alocação de investimentos de longa recuperação em setores pouco produtivos (BARBOSA FILHO, 2017).

Assim, essa crise na economia brasileira, na maior parte, foi ocasionada por erros de políticas públicas que reduziram a capacidade de crescimento da economia brasileira e geraram um custo fiscal elevado (BARBOSA FILHO, 2017).

A taxa de crescimento do produto potencial da economia brasileira saiu da faixa de 4% ao ano para menos de 2% ao ano. Ao mesmo tempo, o setor público brasileiro abandona um superávit primário de 2,2% em 2012 e gera um déficit primário de 2,7% em 2016 (BARBOSA FILHO, 2017).

Nesse contexto, o trabalho estuda o crescente número de criminalidade nesse período e sua relação com os problemas econômicos os quais o Brasil enfrentou, as quais, uma tese que a grande mídia junto aos sociólogos, intelectuais e especialistas adotam fortemente para justificar o ato criminoso.

1.1 Objetivo do trabalho

Estudar a criminalidade e sua relação com os seguintes aspectos: educação, desemprego e pobreza, tendo em vista que são fatores condicionantes que afetam as escolhas do indivíduo.

1.2 Delimitação do trabalho

O trabalho limita-se a estudar correlação entre a crise econômica brasileira ocorrida no período 2014/2017, como condicionantes do aumento da criminalidade. Isso porque acredita-se que a falta de educação, aliada ao desemprego e a pobreza são fatores considerados como determinantes da criminalidade em um contexto de violência crescente.

1.3 Justificativa do trabalho

As altas taxas de criminalidade no país afetam não somente as próprias vítimas dos crimes, mas a sociedade como um todo, no tocante que piora ainda mais as condições de vida da população.

Estudar e analisar a relação dos fatores socioeconômicos com a criminalidade possibilita a criação e desenvolvimento de melhores políticas públicas visando o controle das altas taxas e a melhoria das condições de vida população.

1.4 Metodologia do trabalho

Para elaboração deste trabalho realizou-se pesquisa bibliográfica exploratória, que para Fonseca (2002) é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos (SOUSA; OLIVEIRA; ALVES, 2021), sobre a relação entre a criminalidade e a economia do país, uma tese que a grande mídia junto aos sociólogos, intelectuais e especialistas adotam fortemente para justificar o ato criminoso.

Dentre os fatores levados em consideração para o crescimento da criminalidade no Brasil, estão as condições econômicas e sociais do país, uma vez que, afetam diretamente a vida da população brasileira, que no geral, podem ser consideradas ainda precárias, o que valida a hipótese sobre a desigualdade social como um dos fatores que agravam quadros de criminalidade.

1.5 Estrutura do trabalho

O trabalho está estruturado em quatro seções. A primeira consiste na introdução, no objetivo, na delimitação, na justificativa, na metodologia e na sua estruturação. A segunda seção traz a revisão da literatura abordando o tema criminalidade e seus fatores condicionantes. A terceira apresenta um estudo sobre a criminalidade e sua relação com os seguintes aspectos: educação, desemprego e pobreza. A quarta seção apresenta a conclusão do trabalho.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Definição de crise econômica

Crise econômica é o período pelo qual o país passa por uma diminuição nas suas atividades econômicas. O PIB (Produto Interno Bruto), indicador que apresenta o total de produtos e serviços (riquezas) que o país produziu, quando apresenta uma queda com relação ao período anterior, podemos concluir que houve uma menor produção de riquezas, sendo assim, caracteriza uma crise econômica.

As crises podem ter diferentes intensidades, dependendo do tempo de duração, é caracterizado como recessão as crises que apresentam queda no PIB por dois trimestres consecutivos, e como depressão as crises de recessão que ultrapassam 3 ou 4 anos de duração, portanto, uma queda drástica no PIB.

Podemos exemplificar algumas crises econômicas que ficaram marcadas na história como A Grande Depressão de 1929, A Crise do Subprime (2008), até a crise mais atual que iniciou no campo da saúde, porém chegou a atingir de forma severa as economias ao redor do mundo, a Pandemia do Covid-19.

Durante uma crise econômica os principais efeitos que são vistos são o aumento do desemprego, a queda no consumo e no lucro das empresas, diminuição da produção e dos investimentos. As crises econômicas fazem parte do ciclo econômico do capitalismo que naturalmente acontecem, inicia-se com o período de expansão, seguindo pelo *boom* (pico do ciclo econômico), a contração e por fim a recessão.

2.1.1 A crise econômica brasileira de 2014/2017

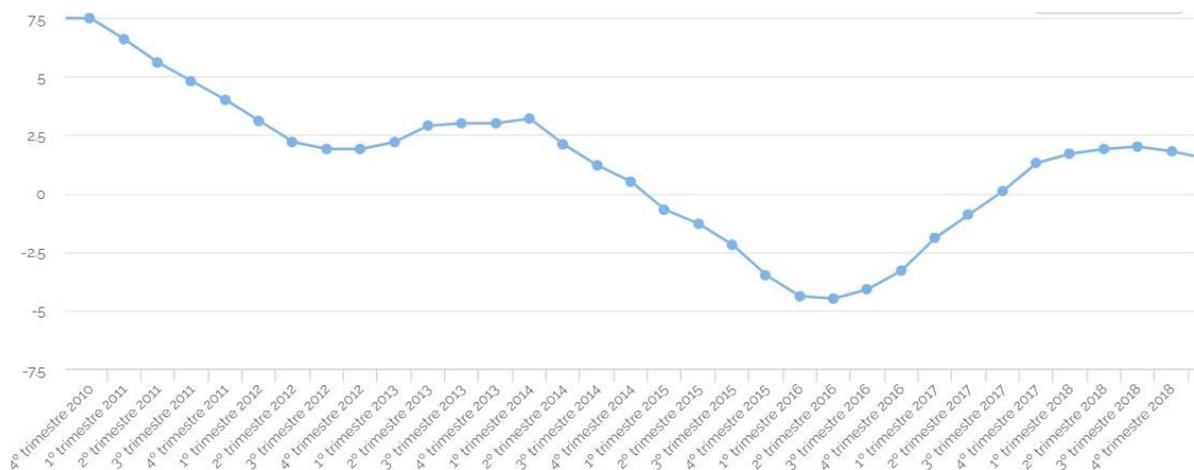
A economia brasileira encontra-se formalmente em recessão desde o segundo trimestre de 2014, segundo o Comitê de Datação do Ciclo Econômico (Codace) da Fundação Getúlio Vargas, resultado de um conjunto de choques de oferta e demanda, sendo o primeiro, as políticas adotadas a partir de 2011/2012 (Nova Matriz Econômica), que reduziu a produtividade da economia brasileira, com efeitos duradouros devido à alocação de investimentos de longa recuperação. (BARBOSA FILHO, 2017). No período ocorrido entre 2014 e 2018, eclodiu a pior crise econômica

da história do país e com dois anos seguidos de retração no PIB pela primeira vez desde a Grande Depressão iniciada em 1929 (REZENDE, 2016) (BRISTOT, 2019).

E o segundo, os choques de demanda, podem ser divididos em 3 conjuntos: o esgotamento da Nova Matriz Econômica, a crise de sustentabilidade da dívida pública doméstica de 2015, a correção do populismo tarifário, por meio de uma política monetária contracionista para controle da inflação após a perda da confiança no Banco Central, e a tentativa de consolidação fiscal em 2015. (BARBOSA FILHO, 2017).

O resultado desses choques pode ser observado na evolução do PIB brasileiro. O gráfico abaixo (gráfico 01) apresenta o PIB do Brasil desde o 4º trimestre de 2010 até o 4º trimestre de 2018, o 1º trimestre de 2014 apresentou o PIB de 3,2 e após isso observamos uma queda em todos os trimestres até o 3º trimestre de 2016 quando volta a crescer, mas ainda registrando números negativos, -4,1.

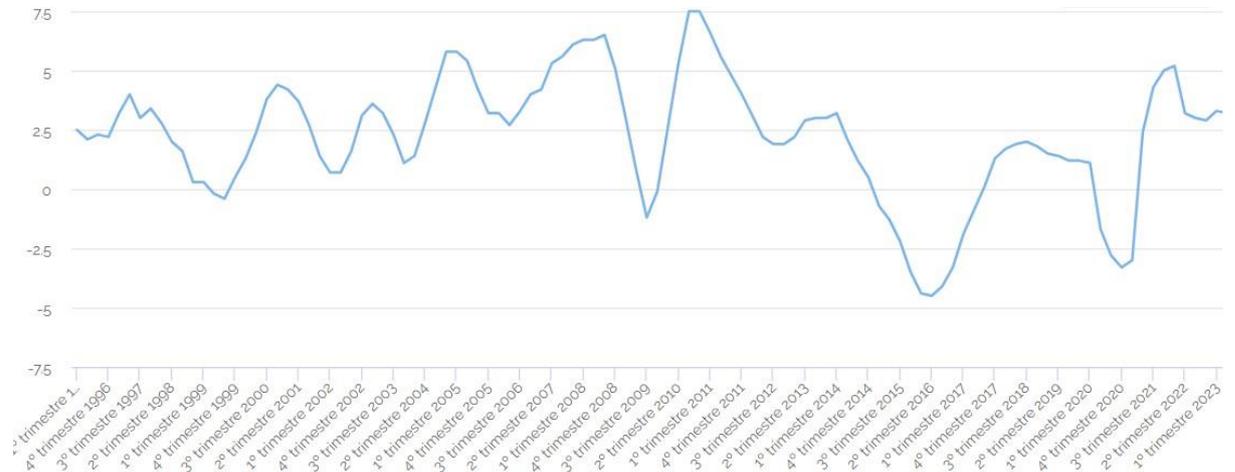
Gráfico 01 – PIB a preços de mercado – Taxa acumulada em 4 trimestres (%), 4º trimestre 2010 – 4º trimestre 2018.



Fonte: IBGE, elaboração própria.

No gráfico 02 é apresentado o PIB do Brasil desde o 1º trimestre de 1996 até o 1º trimestre de 2023, podemos observar que o PIB registrado no 2º trimestre de 2016 (-4,5) foi o menor já registrado desde o 1º trimestre de 1996, antes disso somente no 3º trimestre de 2009, quando foi registrado -1,2, ainda assim maior que do 2º trimestre de 2016.

Gráfico 02 – PIB a preços de mercado – Taxa acumulada em 4 trimestres (%), 1º trimestre 1996 – 1º trimestre 2023.



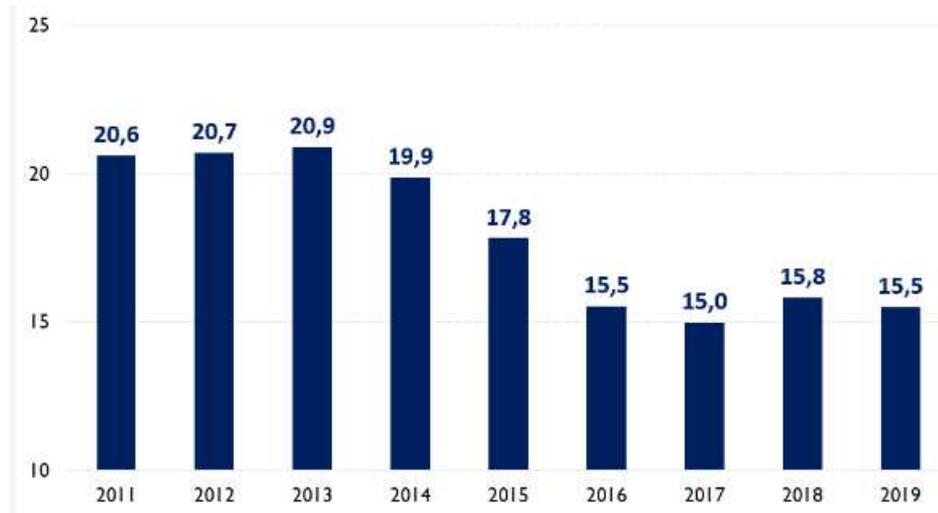
Fonte: IBGE, elaboração própria.

O período pré crise no país foi marcado, de acordo com Bristot, da seguinte forma:

O Brasil experimentou, portanto, uma fase de crescimento liderada pela demanda, tanto pelas exportações como pelo consumo e investimento doméstico. O cenário externo favorável, com expansão dos mercados financeiros globais e aumento no preço das commodities permitiram um período de crescimento econômico sem desequilíbrio das contas públicas e com baixa inflação. Contudo, o cenário se inverte a partir de 2011, após a eleição de Dilma Rousseff. (BRISTOT, 2019)

Uma teoria supõe que a crise teria surgido no setor privado, no qual os *policymakers* brasileiros teriam negligenciado o desenvolvimento de estruturas instáveis no mercado doméstico, levando ao crescimento da fragilidade financeira das empresas e famílias. Com o aumento da disponibilidade de crédito pós Crise de 2008, o nível de endividamento das empresas cresceu (BRISTOT, 2019), somado a isso, os níveis de investimento no período 2014-2017 registraram quedas, como podemos observar no gráfico 03, o país deixou a marca de 20,9% em 2013, para atingir 15% em 2017, uma redução de 5,9 p.p.

Gráfico 03 – Taxa de Investimento (% PIB) – 2011/2019*



*2019 = 1T19. Fonte: IBGE / BALASSIANO; TRECE (2019)

O aumento da instabilidade foi agravado pelo crescimento das taxas médias de financiamento e do CDI, resultado da queda da taxa Selic no 2º trimestre de 2011 e da desvalorização da taxa de câmbio, que somente em 2015 desvalorizou 47% (CEMEC, 2016). Além disso, as políticas de austeridade fiscal do governo Dilma Rousseff, a partir de 2015, resultou na retração da demanda agregada e na queda das vendas das empresas. (BRISTOT, 2019).

Sendo assim, com o aumento do grau de alavancagem, a rentabilidade e os lucros deterioraram, forçando os investimentos e a geração de caixa. Isto ocorre pela própria dinâmica do processo de crescimento, que leva as firmas a se tornarem crescentemente endividadas para expandir a produção e o investimento. (BRISTOT, 2019).

2.1.2 Efeitos da crise sobre a economia brasileira

Como dito anteriormente podemos observar os efeitos da crise na evolução do PIB do país e de seus componentes de demanda (Consumo, Gastos do Governo, Formação Bruta de Capital, Exportação e Importação). Observa-se na Tabela 01 a redução de 3,8% do PIB em 2015, de 13,9% nos investimentos, 3,9% no consumo e 1,1% nos gastos do governo.

Tabela 01 – Taxa de crescimento do PIB e seus componentes de demanda

	PIB	Consumo das Famílias	Consumo do Governo	Formação Bruta de Capital Fixo	Exportação	Importação
2010						
2011	4,0	4,8	2,2	6,8	4,8	9,4
2012	1,9	3,5	2,3	0,8	0,3	0,7
2013	3,0	3,5	1,5	5,8	2,4	7,2
2014	0,5	2,3	0,8	-4,2	-1,1	-1,9
2015	-3,8	-3,9	-1,1	-13,9	6,3	-14,1
2016E	-3,6	-4,5	-0,7	-10,6	2,9	-11,5

Fonte: IBGE (BARBOSA FILHO, 2017)

As políticas adotadas com a Nova Matriz Econômica abrangiam política monetária e política fiscal. A política monetária reduziu a taxa de juros em 2012, porém no mesmo período a taxa de inflação estava em aceleração, assim a estratégia fez com que a taxa de inflação permanecesse elevada e diminuiu a credibilidade do Banco Central. Outra medida foi fornecer subsídios a alguns setores estratégicos visando o crescimento econômico, porém os recursos públicos foram utilizados demasiadamente e apesar do aumento da taxa de investimentos, o crescimento econômico não veio e a produtividade total dos fatores caiu, como podemos observar na Tabela 02. (BARBOSA FILHO, 2017)

Tabela 02 – Decomposição do crescimento do PIB

	PIB	PTF	Trabalho	Capital
2002-2010	3,9	1,6 41,1	1,1 27,9	1,2 31,0
2010-2014	2,2	0,5 24,2	0,0 0,5	1,7 75,3
2014-2016	-3,7	-1,9 49,9	-0,7 19,8	-1,1 30,3
2010-2016	0,2	-0,3 -119,8	-0,2 -107,9	0,7 327,7

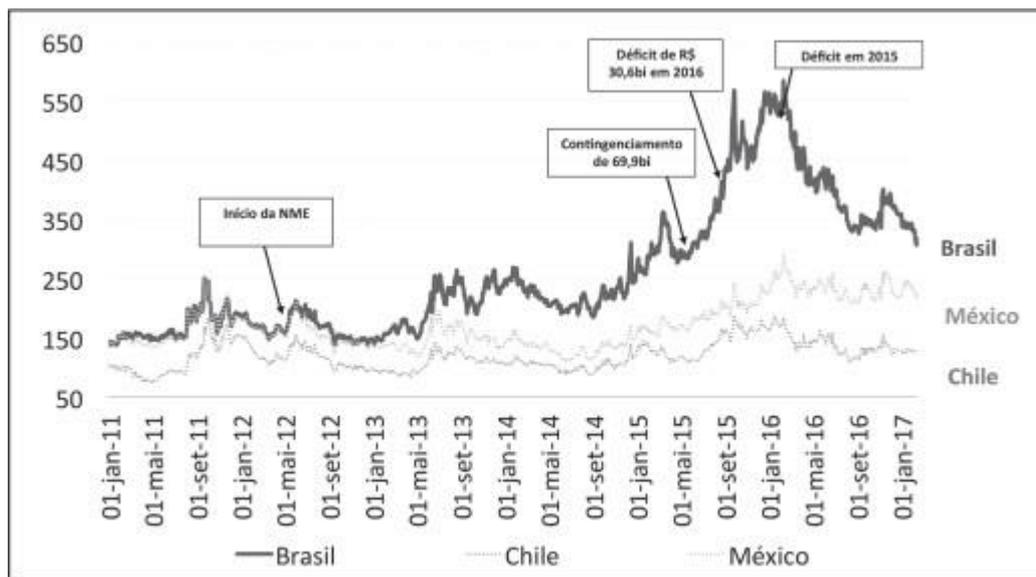
Fonte: BARBOSA FILHO, 2017

Outras medidas tomadas como o controle de preços também afetaram negativamente o país. Com os subsídios à Petrobras, a demanda elevou-se, porém, a produção e a geração de caixa não elevaram junto, o que resultou na elevação do custo de captação da empresa devido ao seu risco – a relação dívida líquida/caixa foi

de 1 em 2010 para 4,6 em 2015. Outro fato, com a redução das tarifas de energia em 2013, outra política energética, elevou seu consumo, justamente durante o período de escassez. Em 2015, houve a liberação dos preços, porém com o realinhamento dos preços o coque foi negativo para a economia, forçando o BC a elevar a taxa de juros para controlar a inflação. (BARBOSA FILHO, 2017)

Como resultado das medidas tomadas pelo governo, a dívida bruta cresceu e o Risco Brasil também, o que elevou a taxa de juros real de equilíbrio doméstico, pode-se observar no Gráfico 04 a comparação entre o risco país do Brasil, México e Chile. (BARBOSA FILHO, 2017)

Gráfico 04 – Risco país para Brasil, México e Chile (CDS 10 anos).



Fonte: Bloomberg (BARBOSA FILHO, 2017)

2.1.2.1 O mercado de trabalho

Já afirmou Machado da Silva (1990) que o mercado de trabalho no Brasil nunca teve muita estrutura e Baltar (2014) ressalta a falta de preocupação do poder público com o equilíbrio entre remuneração, produtividade e valor agregado, mantendo os salários com baixa participação na renda e fortalecendo a concentração de renda e desigualdade de distribuição de renda. (MATTEI; DA CUNHA, 2020, p.118)

A crise 2014/2017 apresentou grandes efeitos no mercado de trabalho, segundo a RAIS (2018), o número de empregos formais caiu de 49,5 milhões, em

2014, para pouco mais de 46 milhões em 2016, e foi a responsável, de certa maneira, por frear um ciclo de aumento de emprego que havia começado nos anos 2000. (MATTEI; DA CUNHA, 2020, p.121)

Tabela 03 – Total de emprego e taxa de crescimento do emprego regional

Região	Emprego total			Taxas de Crescimento (%)		
	2010	2013	2016	2010-2013	2013-2016	2010-2016
Norte	2.408.182	2.743.248	2.579.035	13,913	-5,986	7,094
Nordeste	8.010.839	8.926.710	8.436.203	11,432	-5,494	5,309
Sudeste	22.460.999	24.623.001	22.851.175	9,625	-7,195	1,737
Sul	7.557.531	8.415.302	8.091.911	11,349	-3,842	7,070
Centro-Oeste	3.630.804	4.240.172	4.101.874	16,783	-3,261	12,974
Total	44.068.355	48.948.433	46.060.198	11,073	-5,900	4,519

Fonte: MATTEI; DA CUNHA, 2020

Podemos observar na Tabela 03 que a região que apresentou maior impacto foi a Sudeste, que reduziu em 7,195% a taxa de emprego, seguida pela região Norte, com uma redução de 5,986%. Apesar de podermos observar um crescimento no emprego de forma geral no período de 2010 a 2016, de 4,519%, entre os anos de 2013 e 2016 houve uma redução de 5,900% nos empregos no país.

2.2 Definição de criminalidade

Alvarenga (2010) escreveu:

Ferri, a par de propor, no campo jurídico, a aplicação do que denominou de substitutivos penais (hoje largamente empregados), defendeu, no âmbito criminológico, a Teoria da Saturação Criminal, pela qual a criminalidade não é senão uma ocorrência natural da vida em sociedade. Nela, sustentava ele que cada sociedade tem a criminalidade que comporta, nem mais nem menos, em razão das condições que criava e mantinha, até o limite da saturação, assim como o açúcar excessivo derramado na água. E daí a segunda distinção: o crime é um fenômeno anormal no indivíduo; a criminalidade, um estado normal (natural) na sociedade. (ALVARENGA, 2010)

A Criminalidade difere do Crime ao ponto que é presente em toda sociedade, diferente do crime que não necessariamente é natural de todo indivíduo. Além disso, o crime possui motivações, já a criminalidade possui fatores causais. (ALVARENGA, 2010)

Alvarenga (2010) afirma que a criminalidade não pode ser combatida da mesma forma que o crime, pois o crime pode ser combatido por meios jurídicos, com

ações conjuntas do Poder Público, Polícia, Justiça, já a criminalidade precisa ser controlada utilizando de recursos sociais, políticos e econômicos, prevenindo por meio de investimentos em educação, mercado de trabalho, melhor distribuição de renda, reformas políticas, etc. (ALVARENGA, 2010)

Portanto, reafirmando o dito no princípio:

Sob a visão macro científica, pode-se dizer, na esteira de von Liszt, que crime é um fenômeno individual ou multi-individual que contraria as condições de sobrevivência da sociedade. Criminalidade, por sua vez, não é simplesmente a soma dos crimes praticados em determinado tempo e lugar. É mais do que isso: é um fenômeno social que resulta da constante de fatos que contrariam gravemente as condições existenciais da vida social, em determinado tempo e em certo lugar. (ALVARENGA, 2010)

2.2.1 Os problemas sociais

Os aspectos socioeconômicos escolhidos estão entre os principais problemas enfrentados pelo país. Entre problemas na saúde, no saneamento básico, na moradia, no desmatamento, com a fome, etc., temos o desemprego, a educação e desigualdade social, que afetam a população como um todo.

Os problemas sociais estão geralmente interligados, são causa e consequência uns dos outros, por exemplo, o analfabetismo, pode levar ao desemprego, que pode levar à informalização, e ao empobrecimento. De acordo com o IBGE, no primeiro trimestre de 2022, 11,9 milhões de pessoas estavam desempregadas. (FIA BUSINESS SCHOOL)

Ainda de acordo com o IBGE, em 2022, 11 milhões de pessoas, com mais 15 anos, são analfabetos. (FIA BUSINESS SCHOOL) O relatório da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) mostrou que, enquanto os países da OCDE apresentaram um crescimento na despesa total com educação entre 2019 e 2020, 2,1%, já o Brasil, apresentou uma diminuição de 10,5% no gasto total com educação. (AGÊNCIA BRASIL).

Segundo o relatório de desigualdade mundial, tem-se que no Brasil a metade da população com as menores rendas ganha 29 vezes menos que os 10% mais ricos. E que a metade mais pobre da população detém 0,4% do patrimônio, e os 10% mais ricos, detém 80%. (FIA BUSINESS SCHOOL)

Sendo assim, temos que a violência, um grande problema social, resultado de diversos problemas como, falta de acesso à educação e evasão escolar, desigualdade social, desemprego, etc., vem apresentando um crescimento, fato esse que preocupa a população como um todo.

3 A correlação dos aspectos socioeconômicos com a criminalidade

Nesta última parte do desenvolvimento será apresentado a correlação com os aspectos socioeconômicos selecionados, apresentando dados e informações relevantes que afirmem a relação dos aspectos com a criminalidade no Brasil.

3.1 A Educação

Fochezatto, Petry, Braatz e Marcondes (2021) afirmam que a criminalidade, além de causar danos materiais, emocionais e psíquicos, também gera custos diretos e indiretos na saúde pública, na segurança, na Justiça, no desenvolvimento econômico e social do país.

Para Cerqueira (2017), o sistema educacional brasileiro é falho no momento em que não reconhece as particularidades de cada estudante, as vivências e trajetórias individuais, “o ensino é oferecido burocraticamente como em uma linha de produção”, na qual esperasse que o aluno viva em plenas condições, boa alimentação, bom ambiente familiar, importantes para auxiliar na absorção dos ensinamentos transmitidos.

A escola é a Instituição capaz de fornecer à criança e ao adolescente as noções de cidadania, moral, ética e civilidade, seus direitos e também seus deveres como cidadão. O trabalho em conjunto com a família é de extrema importância, tendo em vista que o envolvimento e a parceria dos ambientes, escolar e familiar, é capaz de acumular maiores informações das crianças e adolescentes no quesito de desenvolvimento psíquico, emocional e social.

Em Cerqueira (2017), um estudo relaciona o nível das escolas com as taxas de homicídios, foi verificado que um maior nível educacional na escola, menor a taxa de homicídio:

Na análise prévia, que tomou como base o município do Rio de Janeiro, notou-se que as maiores incidências de homicídios aconteciam nos bairros mais pobres, em que estavam localizadas as piores escolas do estado do Rio de Janeiro, segundo várias dimensões. Já as menores incidências de homicídio aconteciam nos bairros mais ricos do município, em que estavam localizadas as melhores escolas. De fato, é incrível a constatação de que na comparação entre os bairros mais e menos violentos, a taxa de reprovação seja 9,5 vezes maior nos primeiros, ao passo em que a taxa de abandono e a taxa de distorção idade-série sejam também, respectivamente, 3,7 e 5,7 mais altas nas localidades mais violentas. (CERQUEIRA, 2017)

A educação de qualidade desde a primeira infância é importante pois é nos primeiros anos de convivência social que as noções primordiais ao cidadão serão aprendidas e desenvolvidas, em Fochezatto, Petry, Braatz e Marcondes (2021) expõe que Cerqueira (2017) apresenta dados relacionados a faixa etária do indivíduo: se for considerada a faixa etária entre 15 e 29 anos, os jovens do sexo masculino corresponderam a 47,8% do total de óbitos em 2015, sendo que na faixa entre 15 e 19 anos a participação masculina é ainda maior, chegando a 53,8% do total.

Cerqueira (2017):

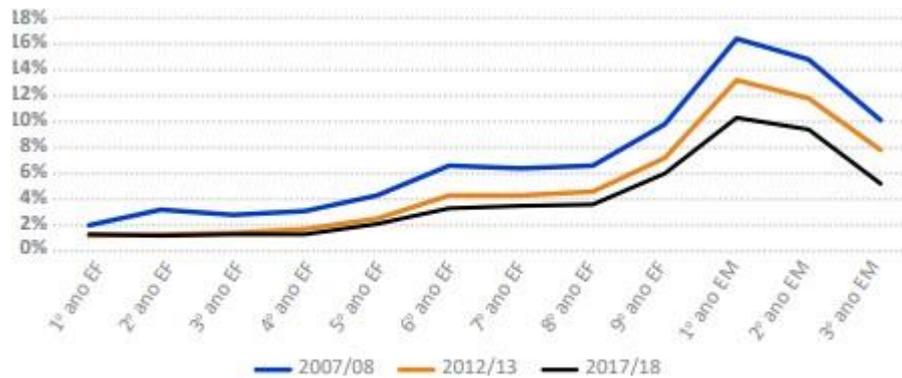
De acordo com essa visão (os que advogam pela necessidade de se abrir portas para que as crianças e os jovens de hoje em situação de vulnerabilidade socioeconômica não sejam os criminosos de amanhã), a prevenção ao crime nasce com o correto processo de orientação, supervisão e educação, desde a primeira infância, e segue com o oferecimento de boas oportunidades educacionais no ensino básico, que faça estreitar os elos de concordância dos valores individuais com os valores da cidadania, ao mesmo tempo em que possibilita aos jovens melhores inserções no mercado de trabalho. (CERQUEIRA, 2017)

Um experimento realizado pelo sociólogo Marcos Rolim buscou investigar a violência extrema, ou seja, a violência que mata ou fere mesmo sem uma reação da vítima. O grupo de jovens entrevistados tinham entre 16 e 20 anos e estavam cumprindo pena na Fundação de Atendimento Socioeducativo, do Rio Grande do Sul. O fato que prevaleceu entre o grupo de jovens foi a evasão escolar, todos os entrevistados haviam largado a escola entre os 11 e 12 anos. Rolim concluiu que a prevenção da criminalidade deve levar em conta a redução da evasão escolar, aspecto que costuma ser negligenciado no Brasil (BBC, 2017). Rolim (2017):

Muitos meninos que se afastam da escola são, de fato, recrutados pelo tráfico de drogas e são socializados de forma perversa. E isso provavelmente deverá

se repetir se a pesquisa for reproduzida em outros locais, pois a diferença estatística foi muito forte. (ROLIM, 2017)

Gráfico 1 – Taxa de evasão por série



Fonte: Pereira (2022), a partir dos dados de fluxo do Censo Escolar/(Inep).

Fonte: Firjan SESI e PNUD (2023)

Pode ser observado no gráfico acima (Gráfico 1) que a evasão escolar ocorre em maior número na transição do 9º ano do ensino fundamental para o 1º ano do ensino médio. Entre 2007 e 2008, cerca de 16% dos alunos evadiram no 1º ano EM e entre 2017 e 2018 cerca de 10%, apesar de apresentar queda ainda são números alarmantes.

De acordo com a pesquisa “Combate à evasão no Ensino Médio – Desafios e Oportunidades”, da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2023):

A cada ano, 500 mil jovens maiores de 16 anos abandonam a escola no Brasil, e apenas metade dos jovens brasileiros terminam o ensino médio até os 18 anos. Entre os brasileiros nascidos em 1988, apenas 60 por cento terminaram o ensino médio até os 24 anos de idade. (FIRJAN SESI; PNUD, 2023, p. 13)

E ainda:

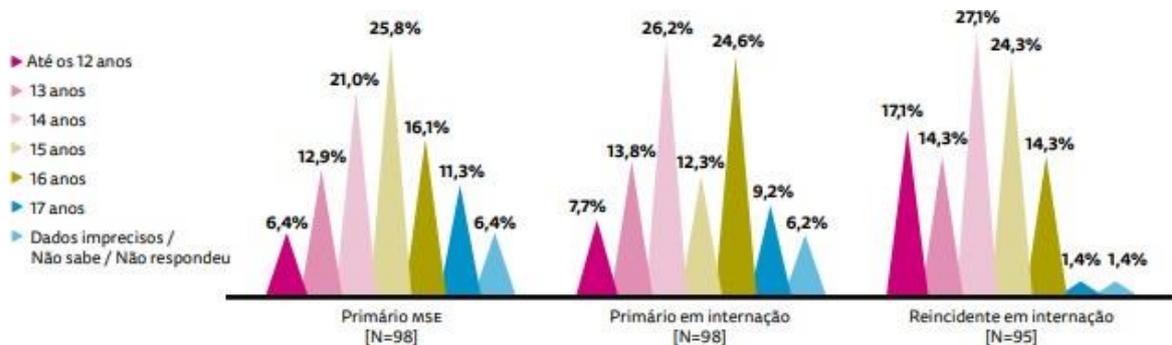
Dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) sugerem que ainda temos mais de 480 mil jovens dessa faixa etária fora da escola, com o agravante de que esse percentual é mais alto nas regiões mais pobres do país. (FIRJAN SESI; PNUD, 2023, p. 13)

Os altos índices de evasão prejudicam o desenvolvimento do país pois a escolarização da população é um dos determinantes fundamentais da produtividade do país, de sua distribuição de renda, da mobilidade social e da ruptura com a pobreza intergeracional (MINCER, 1974; BECKER, 1967; CARD; DOMNISORU; TAYLOR, 2018; CHETTY et al., 2014) (FIRJAN SESI; PNUD, 2023, p. 13).

Portanto, FIRJAN SESI; PNUD (2023, p. 13):

A conclusão do ensino médio traz altos retornos financeiros para os alunos, via maior produtividade, maiores salários, menor chance de gravidez na adolescência, melhor saúde e ganhos para a sociedade, por meio de menores índices de violência e aumento da produtividade geral da economia. (CARNEIRO et al., 2013; CURRIE; MORETTI, 2003; MILLIGAN et al., 2004; OREOPOULOS, 2006, 2007; OREOPOULOS, SALVANES, 2011; PLUG, 2004). (FIRJAN SESI; PNUD, 2023, p. 13)

Gráfico 02 – Idade do abandono escolar, por status em medida socioeducativa



Fonte: Aí Eu Voltei Para o Corre – Estudo da Reincidência Infracional do Adolescente no Estado de São Paulo (2018, p.22)

Observa-se no gráfico 2 que “quase 60% dos reincidentes em internação tinham 14 anos ou menos quando evadiram, contra 48% dos primários em internação e 40% dos primários em medida socioeducativa.” (Aí Eu Voltei Para o Corre – Estudo da Reincidência Infracional do Adolescente no Estado de São Paulo (2018, p.22).

Aí Eu Voltei Para o Corre – Estudo da Reincidência Infracional do Adolescente no Estado de São Paulo (2018, p.22):

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), 22% dos adolescentes brasileiros entre 15 e 17 anos estavam fora da escola em 2015.⁵² A discrepância é ainda maior entre os adolescentes internos de 15 anos: 71% não frequentavam a escola, frente a 10% dos adolescentes brasileiros em geral. (Aí Eu Voltei Para o Corre – Estudo da Reincidência Infracional do Adolescente no Estado de São Paulo (2018, p.22).

Portanto, (Dall Asta, Silva e Pavan, 2021):

A educação prevalecer-se-á em seus moldes de anseio societário, assim que houver uma maior atenção por parte do Poder Público, pois somente desenvolve-se uma sociedade digna com a finalidade que prevaleça a moralidade, com a priorização do sistema educacional, sem esta o risco de um aumento gradativo dos índices de violência e criminalidade entre os jovens, e retrocesso da comunidade são iminentes nos parâmetros atuais. (Dall Asta, Silva e Pavan, 2021, p. 186 - 187)

3.2 O Emprego

Guimarães (2011, p. 188-189):

A taxa de desemprego é uma variável recorrentemente utilizada para explicar a alta criminalidade no Brasil. Em sua grande maioria, estudos econômicos utilizam o desemprego sob a justificativa da teoria utilitarista (Becker, 1968). Ou seja, a taxa de desemprego é considerada um fator importante na escolha de atividade ilícita: quanto maior o desemprego dos jovens, maior é o benefício marginal com a atividade ilícita. (Guimarães 2011, p. 188-189)

O comportamento do jovem pode ser alterado e direcionado ao incorreto a medida que o fracasso em conseguir um emprego o impede de alcançar seus desejos e anseios de vida (Guimarães, 2011). Levando em consideração o ponto de vista do quanto se perde ao cometer um crime e ser descoberto, Guimarães (2011, p. 189):

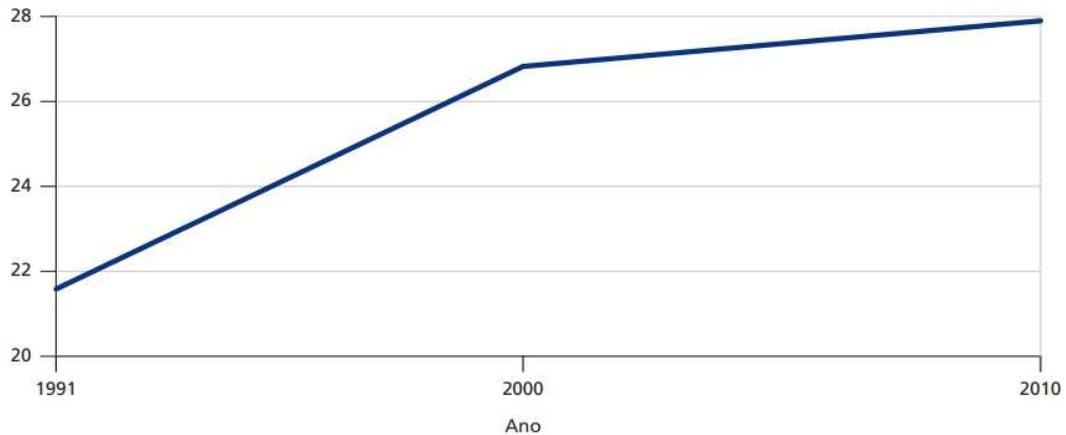
Segundo a teoria do controle social, quando o indivíduo tem alta reputação, alto nível educacional, ou veio de uma família estável, sofre grande perda caso seja descoberto cometendo algum ato criminoso. O oposto também se verifica: um indivíduo desempregado, com reputação baixa, ao ser pego cometendo um crime, sua perda é pequena. (Guimarães, 2011, p. 189)

Ainda podemos relacionar a evasão escolar com o desemprego, *Aí Eu Voltei Para o Corre – Estudo da Reincidência Infracional do Adolescente no Estado de São Paulo* (p.26):

[...] Barros et al. (2021), utilizando dados da PNAD, calculam que os jovens evadidos têm maior probabilidade de desemprego — passam até 10 por cento a menos da sua vida produtiva ocupados e possuem remunerações até 25 por cento inferiores em comparação àqueles que se formam no ensino médio. (*Aí Eu Voltei Para o Corre – Estudo da Reincidência Infracional do Adolescente no Estado de São Paulo* (2018, p.26).

Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2019) buscou apresentar o efeito da taxa de desemprego, rendimentos no mercado de trabalho e acesso à educação a taxa de homicídios no Brasil.

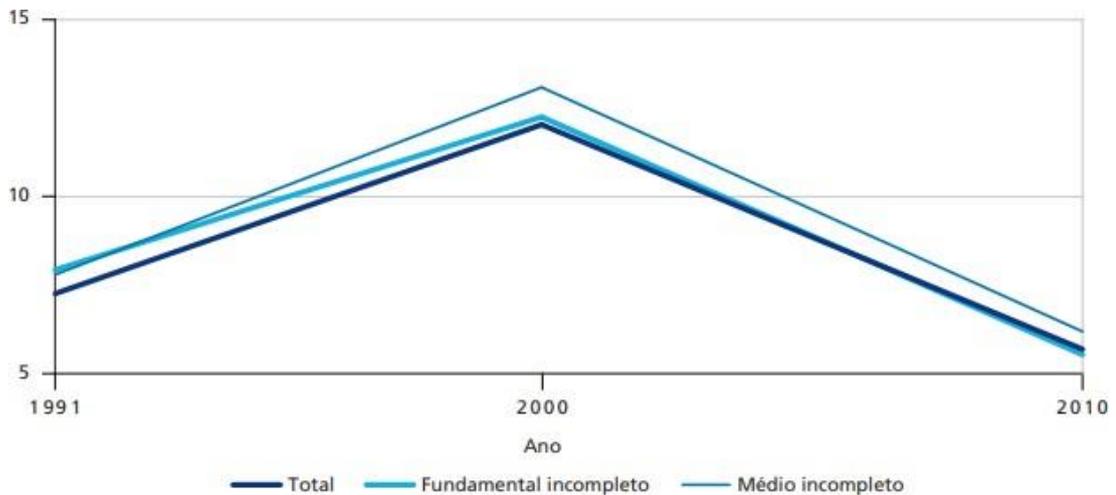
Gráfico 03 – Taxa de Homicídios (Por 100 mil habitantes)



Fonte: MS/SVS/DASIS-SIM/Censos demográficos IBGE.
Elaboração dos autores.

Fonte: Texto para discussão: **Oportunidades Laborais, Educacionais e Homicídios no Brasil (2019)** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990. (p. 12)

Gráfico 04 – Taxa de desemprego dos homens (15 a 65 anos) (Em %)



Fonte: Censos Demográficos/IBGE.
Elaboração dos autores.

Fonte: Texto para discussão: **Oportunidades Laborais, Educacionais e Homicídios no Brasil (2019)** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990. (p.13)

O gráfico 03 apresenta a taxa de homicídios entre os anos de 1991 a 2010, na qual pode ser observada um aumento de 21 homicídios por 100 mil habitantes, em 1991 para 26,2, em 2000, e 27,2 em 2010. (Texto para discussão: Oportunidades Laborais, Educacionais e Homicídios no Brasil (2019, p. 12)

Já o gráfico 04 representa a taxa de desemprego dos homens, com um crescimento entre 1991 e 2000, atingindo principalmente aqueles com ensino médio incompleto, crescimento esse que é compatível com o crescimento dos homicídios visto no gráfico 03. (Texto para discussão: Oportunidades Laborais, Educacionais e Homicídios no Brasil (2019, p. 12)

Tabela 01 – Oportunidades no mercado de trabalho para jovens e taxa de homicídio para diferentes faixas etárias juvenis (Em %)

Variáveis explicativas (em log)	Variáveis taxa de desemprego e salário real restrita aos jovens de			
	15 a 29 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos
Taxa de desemprego dos homens	2,03** (0,91)	0,75* (0,42)	1,79** (0,76)	3,45* (1,77)
Salário real por hora trabalhada dos homens (resíduo)	-10,13 (9,68)	-4,46 (3,77)	-9,17 (9,45)	-4,22 (7,63)
Renda real domiciliar <i>per capita</i>	8,40 (6,84)	3,93 (2,45)	7,69 (6,59)	5,65 (6,08)
Taxa de atendimento escolar da população de 15 a 17 anos	-2,22 (1,43)	-1,77* (1,04)	-2,66 (1,63)	-2,70* (1,44)
Taxa de atendimento escolar da população de 18 a 24 anos	1,13 (0,88)	0,35 (0,54)	1,10 (0,90)	0,68 (0,75)
Taxa de atendimento escolar da população de 25 a 29 anos	-0,15 (0,18)	-0,12 (0,16)	-0,15 (0,18)	-0,20 (0,21)
Número de observações	5.405	5.243	5.384	5.084
Estatística F	4,793	6,897	5,141	4,474
Estatística de Hansen	3,058	4,435	3,306	3,527
P-valor de Hansen	0,691	0,489	0,653	0,619

Elaboração dos autores.

Obs.: Erros-padrão em parênteses. *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Fonte: Texto para discussão: **Oportunidades Laborais, Educacionais e Homicídios no Brasil (2019)** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990. (p.27)

Cerqueira e Moura (2019, p. 26):

Para as subfaixas juvenis, o desemprego é estatisticamente significativo para todos os subgrupos de jovens, sendo que o efeito é crescente ao longo do ciclo de juventude e, portanto, mais elevado para os jovens de 25 a 29 anos: um aumento de 1% na taxa de desemprego deste grupo está associado a um aumento de 3,4% na taxa de homicídios da população. Para os jovens de 18 a 24 anos, o efeito de um aumento de 1% na sua taxa de desemprego eleva a taxa de homicídios local em 1,8%. Por sua vez, o efeito para os adolescentes é de 0,7%. Isso indica que o desemprego afeta bastante os jovens, induzindo sua entrada ou permanência no crime, mas de forma mais intensa entre aqueles que estão no fim do ciclo da juventude, os quais tendem a ser chefes de família ou pelo menos terem maior responsabilidade financeira dentro da família. (Texto para discussão: Oportunidades Laborais, Educacionais e Homicídios no Brasil (2019) / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990. (p.26)

A relação com a educação mantém-se forte a medida que dados do desemprego afetam de maneira mais significativa homens jovens de 25 a 29 anos com ensino médio incompleto, ou seja, que cursaram até no máximo o 2º anos do ensino médio. (Texto para discussão: Oportunidades Laborais, Educacionais e Homicídios no Brasil (2019, p. 28)

Tabela 02 – Oportunidades no mercado de trabalho para jovens com ensino médio incompleto e taxa de homicídio para diferentes faixas etárias juvenis (Em %)

Variáveis explicativas (em log)	Variáveis taxa de desemprego e salário real restrita aos jovens de			
	15 a 29 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos
Taxa de desemprego dos homens com ensino médio incompleto	1,90** (0,87)	0,76* (0,42)	1,55** (0,67)	2,69** (1,30)
Salário real por hora trabalhada dos homens com ensino médio incompleto	-13,62 (10,90)	-4,89 (3,97)	-11,47 (9,91)	-7,30 (8,34)
Renda real domiciliar <i>per capita</i>	10,14 (7,24)	4,12 (2,52)	8,73 (6,58)	7,14 (6,12)
Taxa de atendimento escolar da população de 15 a 17 anos	-2,04 (1,31)	-1,82* (1,08)	-2,32* (1,34)	-2,39** (1,19)
Taxa de atendimento escolar da população de 18 a 24 anos	1,26 (0,89)	0,39 (0,56)	1,06 (0,81)	0,74 (0,70)
Taxa de atendimento escolar da população de 25 a 29 anos	-0,17 (0,19)	-0,13 (0,16)	-0,14 (0,17)	-0,21 (0,22)
Número de observações	5.403	5.225	5.338	4.887
Estatística F	3,294	6,193	3,944	3,848
Estatística de Hansen	2,789	4,356	3,150	4,432
P-valor de Hansen	0,733	0,499	0,677	0,489

Elaboração dos autores.

Obs.: Erros-padrão em Parênteses. *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Fonte: Texto para discussão: **Oportunidades Laborais, Educacionais e Homicídios no Brasil (2019)** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990. (p.28)

O desemprego continua importando para todos os jovens: o aumento de 1% na taxa de desemprego eleva a taxa de homicídios em 1,9%. Da mesma forma, o desemprego apresenta efeito maior para os jovens de 25 a 29 anos dessa faixa educacional. Os autores ainda analisaram o efeito para homens jovens com o ensino fundamental incompleto, ou seja, aquele que cursaram no máximo até o 8º ano do ensino fundamental, o resultado é próximo: o aumento de 1% na taxa de desemprego desse grupo eleva a taxa de homicídios da população em 1,7%. (Cerqueira e Moura, 2019, p. 28)

3.3 A Pobreza

Há uma discussão entre autores, na qual a pobreza pode afetar positivamente ou negativamente a criminalidade: Autores como Blau e Blau (1982), Land et al. (1990), Bailey (1984), Krivo e Peterson (1996), dentre outros, identificaram uma relação positiva entre a criminalidade e a condição de pobreza de uma região, isso porque quanto menos acesso a recursos econômicos o indivíduo tem, maior a tensão e desorganização social que resulta no aumento da prática de crimes. Em contrapartida, outros autores afirmam que a partir de certo ponto de exclusão econômica a oportunidade da prática de crime seria enfraquecida, diminuindo a criminalidade. Ter-se-ia, dessa forma, um ponto de máximo do efeito positivo da pobreza sobre a criminalidade, a partir do qual, a relação passaria a ser inversa (STAHURA E SLOAN, 1988; HANON, 2002). (Raiher, A.P., p. 2)

Acayaba e Pinhoni (2018) afirmam que de acordo com o Atlas da Violência 2018 “As dez cidades com maiores taxas de assassinatos no Brasil têm nove vezes mais pessoas na extrema pobreza do que as cidades menos violentas.” E ainda que segundo o estudo do Ipea e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública “os dez municípios com mais de 100 mil habitantes e com menores taxas de homicídios têm 0,6% de pessoas extremamente pobres, enquanto os dez mais violentos têm 5,5%, em média.”

Tabela 03 – Relação entre indicadores sociais e violência nos municípios

	Taxa de mortes violentas	Pessoas na extrema pobreza (em %)	Pessoas com saneamento básico inadequado (em %)	Taxa de desocupação entre 18 e 24 anos
Média dos 10 municípios menos violentos	6,3	0,6	0,5	10,3
Média dos 10 municípios mais violentos	103	5,5	5,9	19,8
Relação entre mais e menos violentos (Mais/menos)	16,25	9,26	11,82	1,93
Média geral dos municípios com mais de 100 mil habitantes	54,7	3	3,2	15

Fonte: Atlas da Violência 2018 – Ipea e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)



Infográfico elaborado em: 15/06/2018

Fonte: G1 SP, 2018 – **Cidades mais violentas têm 9 vezes mais pessoas na extrema pobreza do que as menos; BA e RJ concentram recordistas**

Samira Bueno, diretora executiva do Fórum Brasileiro da Segurança Pública (2018):

Basicamente mostramos que municípios com melhores níveis de desenvolvimento – e aqui falamos de habitação, educação, inserção no mercado de trabalho, dentre outros – também concentram menores índices de homicídio. Ou seja, estamos falando de pobreza, mas principalmente, estamos falando de vulnerabilidade econômica e de desigualdade. (Bueno, S., G1 SP, 2018 – **Cidades mais violentas têm 9 vezes mais pessoas na extrema pobreza do que as menos; BA e RJ concentram recordistas**)

Bueno (2018):

O estado não é capaz de oferecer condições básicas de vida e cidadania para parcelas significativas da população, e justamente essas pessoas, que vivem em condições de inserção precária no mercado de trabalho, evadem da escola muito cedo, habitam em territórios sem infraestrutura são os que mais ficam vulneráveis à violência. (Bueno, S., G1 SP, 2018 – **Cidades mais violentas têm 9 vezes mais pessoas na extrema pobreza do que as menos; BA e RJ concentram recordistas**)

Biagi (2004, p. 19 – 20):

A hipótese de que a pobreza e a desigualdade aumentam a violência está baseada em uma teoria principal de acordo com Cano e Santos (2000): o indivíduo optaria pelo crime quando o diferencial de ganho das condutas ilegais sobre as legais fosse superior ao efeito inibidor da probabilidade de captura vezes a pena imposta e aos valores morais contrários a este tipo de opção. [...] Dessa forma, a desigualdade reforçaria a disposição a cometer crimes nas pessoas pobres de duas formas: a baixa renda própria e a alta renda alheia. (Biagi, L. M. **Economia e Crime: Uma Análise da Desigualdade Social**, p. 19 – 20)

Fajnzylber e Jr. (2001, p. 09) afirmam que:

Além do modelo econômico, há teorias sociológicas que também prevêem uma associação positiva entre crime e desigualdade. Neste caso, seriam a “privação relativa” ou a sensação de frustração que os indivíduos menos favorecidos sentiriam quando confrontados com a prosperidade de outros, as que explicariam o efeito da desigualdade sobre o crime. Alternativamente, a desigualdade e, particularmente a pobreza, poderiam debilitar os mecanismos informais de controle do comportamento individual, e a desorganização social resultante levaria a aumentos no crime. Em termos do modelo econômico apresentado, os argumentos sociológicos poderiam ser incorporados no que chamamos o “custo moral” de delinquir, o qual seria reduzido, ou mesmo trocava de sinal, em condições de elevada desigualdade. (Fajnzylber e Jr., 2001. p. 09 – **Violência e Criminalidade, Texto para discussão nº 167**)

E ainda:

Um dos trabalhos mais recente que estuda a relação positiva entre desigualdade e crime é o de Kelly (2000), que utiliza dados de condados metropolitanos americanos. Kelly encontra efeitos positivos e significativos da desigualdade sobre os crimes violentos, incluindo homicídios, estupro, roubo a mão armada e agressões. Já os crimes contra a propriedade que não envolvem violência pessoal parecem ser pouco afetados pela desigualdade mas, à diferença dos crimes violentos, eles são influenciados

significativamente pela incidência de pobreza e pela presença policial. (Fajnzylber e Jr., 2001. p. 13 – **Violência e Criminalidade, Texto para discussão nº 167**)

Em um estudo realizado no Brasil, os cientistas afirmam que alguns estudos apresentem baixa relação entre pobreza e crimes por não levarem em consideração o conceito de pobreza de uma forma multidimensional, no qual afeta a saúde, educação, habitação, entre outros aspectos, além da falta de rendimento (Ziebold, C., Evans-Lacko, S., Andrade, MCR et al. (2022, p.2):

[...] the weak association between poverty and crimes that has been reported may be caused by the sole reliance on income to measure poverty. Indeed, few studies used multidimensional measures of poverty that could capture the diverse vulnerabilities experienced by children living in poverty. The concept of multidimensional childhood poverty, as put forth by the United Nations International Children's Emergency Fund, emphasizes that children living in poverty are exposed to overlapping deprivations other than the lack of income, including limited access to health, housing, nutrition, education, sanitation, water, and other resources; the present study used a proxy of poverty based on lower parental education, diminished purchasing power, housing, and sanitary conditions experienced during childhood. (Ziebold, C., Evans-Lacko, S., Andrade, MCR *et al.* **Fatores de risco modificáveis individuais e familiares na infância para condenação criminal: um estudo de coorte de 7 anos no Brasil.** (2022, p.2)

Por fim, o estudo chegou à conclusão de que 22,5% (quase um quarto) das condenações penais poderiam ser evitadas com uma intervenção precoce e bem-sucedida no combate à pobreza. (Ziebold, C., Evans-Lacko, S., Andrade, MCR et al. (2022, p.3)

4 Resultados

Com a realização da pesquisa, fazendo a correlação dos aspectos econômicos como a educação, o desemprego e a pobreza, sendo fatores condicionantes a criminalidade, pode-se verificar os seguintes pontos:

A educação apresenta relação negativa, pelo fato de desempenhar um importante papel, juntamente a família e o Estado, que é o de minimizar o ingresso dos jovens ao mundo do crime. Além disso, permite a formação de cidadãos mais desenvolvidos, com noções de moral, civilidade e respeito às Leis, aumentando a aversão ao risco do crime.

Os altos índices de evasão que observamos são prejudiciais ao desenvolvimento do país tendo em vista que a escolarização da população é um dos determinantes fundamentais da produtividade do país, de sua distribuição de renda, da mobilidade social e da ruptura com a pobreza intergeracional. (MINCER, 1974; BECKER, 1967; CARD; DOMNISORU; TAYLOR, 2018; CHETTY et al., 2014) (FIRJAN SESI; PNUD, 2023, p. 13).

A relação com o desemprego é justificada porque, quanto maior a taxa de desemprego, maior a taxa de criminalidade, independentemente de qual grupo da população, jovens ou adultos, com ensino fundamental ou médio incompleto, é afetado pela piora do mercado de trabalho. Conseqüentemente, quanto menor a probabilidade de o indivíduo conseguir um emprego no mercado de trabalho formal, maiores são os incentivos à entrada e permanência no crime. Cerqueira e Moura (2019) afirmam que o desemprego continua importando para todos os jovens, o aumento de 1% na taxa de desemprego eleva a taxa de homicídios em 1,9%.

A pobreza possui uma relação próxima com a criminalidade, pois considera-se que as privações econômicas criam tensões e também uma desorganização social, induzindo às práticas criminosas. O estudo apresentado por Ziebold, Evans-Lacko e Andrade (2022) mostra que 22,5% (quase um quarto) das condenações penais poderiam ser evitadas com uma intervenção precoce e bem-sucedida no combate à pobreza.

Essa correlação é apontada em alguns estudos que foram realizados em outros países em que demonstra que a criminalidade responde de forma intensa as mudanças nas condições econômicas vivenciadas pelo país. Quando as crises econômicas se iniciam, agravam-se os fatores socioeconômicos, conjunturais e estruturais, “incentivando” ainda mais a criminalidade.

Dentre os fatores levados em consideração para o crescimento da criminalidade no Brasil, estão as condições econômicas e sociais do país, uma vez que, afetam diretamente a vida da população brasileira, que no geral, podem ser consideradas ainda precárias, o que valida a hipótese sobre a desigualdade social como um dos fatores que agravam quadros de criminalidade.

Ao considerar o recente período de crise entre 2014 e 2017 no país, podemos observar uma queda no PIB, além de redução no consumo, nos investimentos e

aumento do endividamento das empresas, crescimento do desemprego e na fragilidade financeira das famílias.

5 Considerações Finais

O presente estudo buscou apresentar a correlação entre os aspectos socioeconômicos com a criminalidade no país, visando possibilitar melhores condições para o desenvolvimento de políticas públicas para o controle das altas taxas de criminalidade e para a melhoria da condição de vida da população em geral, com base em pesquisa bibliográfica exploratória realizada.

Para melhor compreender os fatores condicionantes que levam um indivíduo a cometer um ato ilícito, estudou-se os seguintes aspectos: educação, desemprego e pobreza, afirmando que os aspectos são algumas das razões que podem condicionar um indivíduo em seus atos. Por meio da análise de diversos estudos e pesquisas, no âmbito da pobreza, do desemprego e da falta de acesso e continuidade da educação, foi possível compilar dados que comprovam a relação com as taxas de criminalidade no Brasil.

Entre os dados mais relevantes podemos destacar que: os altos índices de evasão prejudicam o desenvolvimento do país pois a escolarização da população é um dos determinantes fundamentais da produtividade do país, de sua distribuição de renda, da mobilidade social e da ruptura com a pobreza intergeracional (MINCER, 1974; BECKER, 1967; CARD; DOMNISORU; TAYLOR, 2018; CHETTY et al., 2014) (FIRJAN SESI; PNUD, 2023, p. 13); que o comportamento do jovem pode ser alterado e direcionado ao incorreto a medida que o fracasso em conseguir um emprego o impede de alcançar seus desejos e anseios de vida (Guimarães, 2011); e por fim, que o estudo de Ziebold, Evans-Lacko e Andrade (2022) chegou à conclusão de que 22,5% (quase um quarto) das condenações penais poderiam ser evitadas com uma intervenção precoce e bem-sucedida no combate à pobreza. (Ziebold, C., Evans-Lacko, S., Andrade, MCR et al. (2022, p.3)

Portanto, o estudo demonstra que os aspectos têm relação com a criminalidade pois afetam diretamente o bem-estar e as condições de vida da população como um todo. A constante necessidade de melhoria na educação e no acesso a ela, a busca pelo investimento em emprego e qualificação de mão de obra, e a melhor distribuição

de renda, são questões que não só podem ajudar a diminuir as taxas de criminalidade, como também a melhorar os índices de condição de vida, em como o país é visto pelo mundo em relação à segurança, educação, igualdade, desenvolvimento, etc., incentivando por fim o investimento externo no país.

Referências

- ACQIO, 2014-2021. **Crise Econômica: O que é, sinais e causas.** Disponível em: < <https://acqio.com.br/blog/crise-economica/#:~:text=Crise%20econ%C3%B4mica%20%C3%A9%20como%20chamamos,servi%C3%A7os%20finais%20produzidos%20pelas%20empresas> > Acesso em: 03 de Nov. de 2023
- ALVARENGA, D. P. D. de. **Crime e criminalidade.** Jusbrasil, 2017. Disponível em: < <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/crime-e-criminalidade/448338731> > Acesso em: 20 de Jun de 2023
- BALASSIANO, M.; TRECE, J. **Taxa de investimentos no Brasil: Menor nível dos últimos 50 anos.** FGV IBRE, 2019. Disponível em: < <https://blogdoibre.fgv.br/posts/taxa-de-investimentos-no-brasil-menor-nivel-dos-ultimos-50-anos> > Acesso em: 06 de Nov. de 2023
- CERQUEIRA, D. **Trajетórias Individuais, Criminalidade e o Papel da Educação.** Boletim de Análise Político-Institucional, nº 9, p. 27 – 35. Jan. – Jun. 2016. Acesso em: 30 de Set de 2023
- DE CARVALHO, T. **O que é crise econômica?** Politize!, 2018. Disponível em: < <https://www.politize.com.br/crise-economica-o-que-e/> > Acesso em: 03 de Nov. de 2023
- DE SOUSA, A. S.; DE OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. **A Pesquisa Bibliográfica: Princípios e Fundamentos.** Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p. 64-83, 2021. Acesso em: 29 de Nov. de 2023
- FAJNZYLBBER, P. **DETERMINANTES ECONÔMICOS DA CRIMINALIDADE: NOTAS PARA UMA DISCUSSÃO.** Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/2905-1-convertido-mesclado.pdf> > Acesso em: 20 de Jun de 2023
- FIA BUSINESS SCHOOL. **Problemas sociais no Brasil: quais são e como afetam a sociedade?** 2022. Disponível em: < <https://fia.com.br/blog/problemas-sociais-no-brasil/> > Acesso em: 30 de Nov de 2023
- FIRJAN Sesi; PNUD. **Combate à evasão no Ensino Médio – Desafios e Oportunidades.** 2023. Acesso em: 09 de Out de 2023
- FOCHEZATTO, A.; PETRY, G.; BRAATZ, J.; MARCONDES, H. R. **Investimento em educação diminui a criminalidade: análise dos municípios do Rio Grande do Sul usando econometria espacial.** Administração Pública e Gestão Social, vol. 13, núm. 4, 2021. Universidade Federal de Viçosa, Brasil. Disponível em: < <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/11239/6899> > Acesso em: 09 de Out. de 2023.
- GUIMARÃES, T. **Pesquisa identifica evasão escolar na raiz da violência extrema no Brasil.** BBC Brasil, São Paulo, 2017. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40006165> > Acesso em: 09 de Out de 2023.

IBGE, Censo Demográfico 2010. Disponível em: <
<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-1,-2,99,128&ind=4726>> Acesso
 em: 19 de Set. de 2022

IBGE, SCNT – Sistema de Contas Nacionais Trimestrais. Disponível em: <
https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-pib> Acesso em: 06 de Nov. de 2023

IPEA. **Atlas da Violência 2021**. Acesso em: 26 de Mai de 2023

IPEA. **Atlas da Violência 2019**. Acesso em: 26 de Mai de 2023

MATTEI, T. F.; DA CUNHA, M. S. **A Crise Econômica Brasileira e seus Efeitos sobre o Emprego Formal: Uma Decomposição Shift-Share Estocástica**. Revista Orbis Latina, vol.10, nº 1, Foz do Iguaçu/ PR (Brasil), Janeiro – Junho de 2020. ISSN: 2237-6976. Acesso em: 20 de Nov. de 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Aí Eu Voltei Para o Corre – Estudo da Reincidência Infracional do Adolescente no Estado de São Paulo**. Ministério Público do Estado de São Paulo, 2018. Disponível em: <
https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/ai_eu_voltei_pro_corre_2018.pdf> Acesso em: 09 de Out. de 2023.

TEIXEIRA, E. C. **Dois ensaios da relação entre criminalidade e educação**. Piracicaba, 2011. 102 p.: il. Tese (Doutorado) - - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, 2011. Acesso em: 01 de Set de 2023

TOKARNIA, M. **Brasil investe menos em educação que países da OCDE**. Agência Brasil, 2023. Disponível em: <
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-09/brasil-investe-menos-em-educacao-que-paises-da-ocde#>> Acesso em: 30 de Nov de 2023